



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0033/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1033/2024

DISPENSA COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II, § 3º da Lei 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CORRENTE**, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 45.318.789/0001-61, com sede na Rua Prudente de Moraes, 850 - Centro - CEP: 14445-000, Telefone: (16) 3749-1000, por intermédio do Setor de Administração, torna público que, realizará dispensa de licitação, com objetivo de obter propostas adicionais de eventuais interessados, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do artigo 75, inciso II, § 3º da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Data Limite para Apresentação da Proposta de Preços: No dia 17/07/2024, até 17:00 horas.

Referência de Horário: Horário de Brasília – DF.

A proposta de Preços deverá ser entregue no Departamento de Compras do Município de Ribeirão, no endereço da Rua Prudente de Moraes, 850 - Centro – Ribeirão Corrente, CEP: 14.445-000 ou anexar no Site Oficial do Município de Ribeirão Corrente www.ribeiraocorrente.sp.gov.br, preferencialmente fazendo referência ao número do procedimento de dispensa, até a data limite. Serão aceitas propostas apenas pelos meios especificados neste aviso.

Obs: Para as propostas enviadas presencialmente a mesma deverá estar em envelope lacrado e contendo os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

DISPENSA N.º 0033/2024

PROCESSO N.º 1033/2024

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ

Outras informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Ribeirão Corrente, no horário das 08h00 às 17h00 de segunda a sexta feira.

1.0. DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, de empresa especializada para futura e eventual aquisição de mobiliários com predominância em madeira para melhorias e adequações nas unidades publica para atender as demandas no município de Ribeirão Corrente – SP, conforme especificações constantes no termo de referência.

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.2.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.2.2 – ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;

1.2.3 – ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

1.3 Da Justificativa da Contratação do Objeto: Conforme constam no ANEXO I do Termo de Referência deste aviso.

2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas com a execução de eventual ajuste, correrão à conta de dotação específica, constante do orçamento da vigente lei orçamentária:

Ficha	Unidade	Funcional programática	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa
024	Administração	08 244 0030 2360 0000	0.01.00	4.4.90.52.00
038	Administração	04 122 0065 2100 0000	0.01.00	3.3.90.30.00
044	Administração	04 122 0065 2100 0000	0.01.00	4.4.90.52.00
071	Saúde	10 301 0150 1170 0000	0.01.00	4.4.90.52.00
089	Saúde	10 301 0150 2140 0000	0.01.00	4.4.90.52.00
159	Educação	12 365 0210 2180 0280	0.05.11	3.3.90.30.00
141	Educação	12 365 0210 2180 0213	0.01.00	4.4.90.52.00
201	Educação	12 361 0210 2150 0282	0.05.11	4.4.90.52.00
252	Esporte Cultura	27 813 0385 2240 0000	0.01.00	4.4.90.52.00
322	Assistencia Social	08 244 0120 2374 1201	0.01.00	4.4.90.52.00
348	Assistencia Social	08 243 0110 2350 0000	0.01.00	4.4.90.52.00

3.0. DO PRAZO E VALOR DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A contratação será realizada pelo prazo de 2 (dois) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei 14.133/2021.

3.2. O valor global máximo estimado para contratação será de **R\$ 59.905,33 (cinquenta e nove mil e novecentos e cinco reais e trinta e três centavos)**. Esse valor se enquadra nos limites estabelecidos no art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, atualizado na forma do artigo 182 do mesmo diploma legal.

4.0 PERÍODO PARA ENVIO DAS DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1. O presente AVISO ficará ABERTO POR UM PERÍODO MÍNIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site para apresentação de propostas complementares, e os respectivos documentos poderão ser entregues diretamente no Departamento de Compras do Município de Ribeirão Corrente no endereço da Rua Prudente de Moraes, 850 - Centro – Ribeirão Corrente, CEP: 14.445-000 ou anexar no Site Oficial do Município de Ribeirão Corrente www.ribeiraocorrente.sp.gov.br preferencialmente fazendo referência ao número do procedimento de dispensa.

4.1.1 Data Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 17/07/2024 às 17:00hs

4.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA E FISCAL:

Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;

4.2.2 Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

Microempreendedor Individual – MEI;

4.2.3 Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

4.2.4 Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;

4.2.5 Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);

4.2.6 Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

4.2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.2.8 Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades(RG);

4.2.9 Certidão negativa de falência ou concordata e recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, a qual deverá ter sido emitida no máximo há 90 (noventa) dias.

4.3 Proposta de Preços/Cotação:

4.3.1 A Proposta de preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

4.3.2 As propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

4.3.3 Os preços ofertados não poderão exceder o limite do art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

Devendo obedecer ao valor estipulado pela legislação.

5.0 – DO PAGAMENTO:

5.1. Os pagamentos serão efetuados pelo departamento financeiro da contratante, no prazo de 30 (trinta) dias corridos após apresentação da Nota Fiscal, atestada por servidor designado pelo município, nos termos Lei Federal de n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, nas condições exigidas para habilitação e apresentação dos documentos fiscais devidos, inclusive certidões negativas de débitos requeridas;

5.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

5.3. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal de n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

5.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado na proposta de preço;

5.5. No corpo da Nota Fiscal de Serviço/Produtos deverá constar o número do processo que deu origem à contratação, número da ordem de fornecimento e dados bancários indicado na proposta de preços.

6.0 – DAS PENALIDADES:

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei, o Contratado/adjudicatário que: não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta; apresentar documentação falsa; deixar de entregar os documentos exigidos no certame; ensejar o retardamento da execução do objeto; não manter a proposta; cometer fraude fiscal; comportar-se de modo inidôneo, dentro outras condutas previstas na Lei n.º 14.133/2021.

6.2. O Contratado/adjudicatário que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

- 6.3. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 6.4. Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item/serviço(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 6.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 6.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

7.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 7.1 Poderá o Município, através do Departamento de Administração revogar o presente aviso, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
- 7.2 O Município, através do Departamento de Administração deverá anular o presente aviso, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
- 7.3 A anulação do procedimento de dispensa de licitação, não gera direito à indenização, ressalvado disposto no §3º, do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 7.4 Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Ribeirão Corrente – SP, 05 de julho de 2024

ANA LOURINETE COSTA LOBO MONTANHER

Prefeita Municipal
Ribeirão Corrente - SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, de empresa especializada para futura e eventual aquisição de mobiliários com predominância em madeira para melhorias e adequações nas unidades pública para atender as demandas no município de Ribeirão Corrente – SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referencia.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as necessidades do município em cumprimento ao disposto da Lei Federal de n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e as exigências estabelecidas neste termo de referência, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos.

Contratação por dispensa de licitação conforme disposições do inciso II e parágrafo 3º do artigo 75 da Lei Federal de n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme segue:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; [...]

Valor atualizado pelo Decreto Federal nº 11.871/23: R\$ 59.906,02 (cinquenta nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO:

A realização de processo de dispensa de licitação para aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público de proceder-se a aquisição de de mobiliários com predominância em madeira para melhorias e adequações nas unidades pública para atender as demandas no município de Ribeirão Corrente – SP;

A aquisição de mobiliário para as Secretarias do município de Ribeirão Corrente, faz parte de um conjunto de iniciativas que tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços através da otimização do espaço físico, além da correta organização e arquivamento de documentos e materiais, dentro das condições exigidas de conforto, segurança e higiene;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

A aquisição dos mobiliários, visa mobiliar diversos espaços de serviços das unidades da municipalidade, se utilizando de armários produzidos em madeira do tipo MDF, desenvolvidos sob medida para cada local, considerando que os ambientes possuem especificidades de medidas individualizadas, em consonância com o levantamento de projetos e layout dos referidos locais;

Aquisição de mobiliário para atender as necessidades de trabalho das secretarias do município de Ribeirão Corrente, é indispensáveis ao desempenho das atividades desenvolvidas, a qual garantirá melhores condições de trabalho aos servidores, visando ainda, proporcionar maior eficácia no desempenho destas atividades contribuindo para uma excelente gestão;

Necessário se fazer a aquisição de mobiliários, destinados para suprir as necessidades das secretarias do município de Ribeirão Corrente, visando o melhoramento dos móveis nos setores que necessitam troca devido ao estado de danificação causado pelo uso e pelo tempo, importante suprir a demanda em alguns casos que são insuficientes, dessa forma pensando em um melhor atendimento e funcionamento dos serviços prestados á população;

Esta aquisição tem como intuito de solucionar os problemas relacionados às condições físicas dos ambientes de trabalho de modo a possibilitar melhor condição laboral para os servidores e para o público atendido. As quais possibilitam o maior adensamento da ocupação das instalações e acomodação de maneira adequada. Com a construção e adequações de novos predios publico, houve a necessidade de aquisição de mobiliarios para melhor atender a população do município. Temos que ressaltar que a aquisição de mobiliário é para proporcionar conforto aos usuários do município, e por se tratar de um ambiente novo, o município não possui moveis suficientes para compor os ambientes novos sem fazer aquisição dos mesmos.

4. DO QUANTITATIVO, ESPECIFICAÇÕES E VALORES MAXIMO DO OBJETO:

ITEM	QTD.	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MAXIMO	VALOR TOTAL MAXIMO
1	1	Unid.	APARADOR EM MADEIRA: Especificações tecnica minima, confeccionado em madeira tipo 100% MDF revestido com lâmina de madeira ou similar, aparador com estrutura em mdf 15mm na cor branco tx, com fundo em mdf 6mm na cor branco tx e revestimento em mdf 30mm na cor grafite, com 8 sapatas niveladoras, na medida total de 2,0mx0,60cmx0,92cm. Garantia minima de 12 meses.	R\$ 2.903,33	R\$ 2.903,33
2	2	Unid.	ARMÁRIO DE MADEIRA FORMATO EM "L": Especificações tecnica minima, confeccionado em madeira tipo 100% MDF revestido com lamina de madeira ou similar, armario com formato em "L" com estrutura em mdf 15mm na cor branco tx, com revestimento em mdf 18mm na cor branco tx, com 8 gavetas com corredeças telescopicas reforçadas e 4 portas de giro com 2 dobradiças em cada com amortecedor e puxadores em aluminio modelo "G", na medida total minima de 2,00mx1,20m. Garantia minima de 12 meses.	R\$ 4.145,67	R\$ 8.291,33
3	3	Unid.	ARMÁRIO DE MADEIRA FORMATO VERTICAL: Especificações tecnica minima, confeccionado em	R\$ 3.348,33	R\$ 10.045,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

			madeira tipo 100% MDF revestido com lamina de madeira ou similar, armário vertical com estrutura 100% mdf 15mm na cor branco tx, com fundo em mdf 6mm na cor branco tx e revestimento em mdf 30mm na cor grafito, com 6 gavetas com corrediças telescópicas reforçadas e 2 portas de giro com 2 dobradiças em cada com amortecedor e puxadores em alumínio facetado na cor preto na medida total de 2,37mx0,60cmx0,90cm. Garantia mínima de 12 meses.		
4	1	Unid.	ARMÁRIO DE MADEIRA GUARDA VOLUME: Especificações técnica mínima, confeccionado em madeira tipo 100% MDF revestido com lamina de madeira ou similar, armário guarda volumes com 28 portas com trancas com 2 cópias de chave cada com estrutura em mdf 15mm branco tx, com fundo em mdf 6mm na cor branco tx e revestimento em mdf 15mm na cor grafito medida total mínima de 2,67mx1,54m. Garantia mínima de 12 meses.	R\$ 5.229,33	R\$ 5.229,33
5	1	Unid.	BALCÃO FORMATO EM "L": Especificações técnica mínima, confeccionado em madeira tipo 100% MDF revestido com lamina de madeira ou similar, balcão formato "L" com estrutura e revestimento em mdf 45mm na cor grafito 18 com bancada alta e baixa para acessibilidade com 3 gavetas com corrediças telescópicas reforçadas e puxadores em alumínio facetado na cor preto, na medida total mínima de 2,75mx0,86cmx0,60cm. Garantia mínima de 12 meses.	R\$ 2.709,33	R\$ 2.709,33
6	1	Unid.	BALCÃO ILHA FORMATO EM "U": Especificações técnica mínima, confeccionado em madeira tipo 100% MDF revestido com lamina de madeira ou similar, balcão ilha em formato de "U" com estrutura em mdf 15mm branco tx e revestimento em mdf 15mm na cor italy noce com acabamento ripado em mdf 15mm na cor italy noce, com 5 portas de giro com 2 dobradiças em cada com amortecedor e puxadores em alumínio facetado na cor preto na medida total de 2,73mx0,99cm. Garantia mínima de 12 meses.	R\$ 3.131,67	R\$ 3.131,67
7	2	Unid.	GABINETE DE MADEIRA INFERIOR PARA COZINHA: Especificações técnica mínima, confeccionado em madeira tipo 100% MDF revestido com lamina de madeira ou similar, gabinete inferior de cozinha com estrutura em mdf 15mm na cor branco tx e revestimento em mdf na cor italy noce 15mm, com 4 gavetas com corrediças telescópicas reforçadas e 6 portas de giro com 2 dobradiças em cada com amortecedor e puxadores em alumínio facetado na cor preto, na medida total mínima de 3,63mx0,75cm. Garantia mínima de 12 meses.	R\$ 4.986,67	R\$ 9.973,33
8	1	Unid.	MESA DE REUNIÃO FORMATO RETO 4,80Mx1,4M:	R\$ 5.563,33	R\$ 5.563,33



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

			Especificações técnica mínima, confeccionado em madeira tipo 100% MDF revestido com lamina de madeira ou similar, na cor grafito ou outra a definir pelo municipio, estrutura 100% MDF ou similar, minima tampo da mesa minimo de 64mm de espessura, com estrutura e pés em metalão 50/30 na cor preto, comprimento de 4,80mm, largura de 1,40m, altura minima de 0,75cm. Garantia minima de 12 meses.		
9	3	Unid.	PAINEL VERTICAL PARA TV: Especificações técnica mínima, confeccionado em madeira tipo 100% MDF revestido com lamina de madeira ou similar, painel vertical para tv em mdf 45mm na cor grafito com detalhes de friso na vertical, na medida minima total 2,82mx1,81m. Garantia minima de 12 meses.	R\$ 1.758,00	R\$ 5.274,00
10	3	Unid.	PORTAS TOALHAS EM MADEIRA: Especificações técnica mínima, confeccionado em madeira tipo 100% MDF revestido com lâmina de madeira ou similar, portas toalhas em mdf 30mm na cor grafito com 30 ganhos de metal na cor preto na medida total minima 3,03mx0,30cm. Garantia minima de 12 meses.	R\$ 360,00	R\$ 1.080,00
11	4	Unid.	SUORTE EM MADEIRA PARA MICROONDAS: Especificações técnica mínima, confeccionado em madeira tipo 100% MDF revestido com lâmina de madeira ou similar, suporte para microondas com estrutura e revestimento em mdf 30mm na cor italy noce na medida largura 0,82cm x profundidade 0,43cm x altura 45cm. Garantia minima de 12 meses.	R\$ 300,67	R\$ 1.202,67
12	6	Unid.	MESA PARA ATENDIMENTO FORMATO RETO: Especificações técnica mínima, confeccionado em madeira tipo 100% MDF revestido com lamina de madeira ou similar, na cor trama gianduia ou outra a definir pelo municipio, estrutura 100% MDF ou similar, minima de 18mm de espessura, tampo da mesa minimo de 30mm de espessura, comprimento de 1.500mm, largura de 600mm, altura minima de 750mm, com no minimo 4 (quatro) gavetas com corrediças telescopia. Garantia minima de 12 mese.	R\$ 750,33	R\$ 4.502,00
VALOR GLOBAL MAXIMO				R\$ 59.905,33	

5. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

Nos termos da Lei Federal de n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, os objetos dessa aquisição, serão recebidos da seguinte forma:

A entrega dos materiais/equipamentos ocorrerá por conta e risco da licitante vencedora, no prazo máximo de 5 dias corridos a contar do dia seguinte do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO ou documento equivalente;

A entrega deverá ser realizada em horário comercial na sede da prefeitura municipal de Ribeirão Corrente sito á na Rua Prudente de Moraes – Centro – CEP. 14.445-000, fone (16) 3749-1000 das 08h às 11h e das 13h às 17h.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

Os equipamentos deverão ser entregues nos respectivos locais e endereços informado na ordem de fornecimento;

A licitante vencedora deverá seguir rigorosamente os dias, horários e prazos de entrega;

Correrão por conta da licitante vencedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, descarregamento, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento;

Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a Especificação;

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

O Município reserva-se o direito de inspecionar o objeto da aquisição, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição, caso esteja em desacordo com as especificações contidas na proposta comercial e o Termo de Referência;

A entrega ocorrerá de forma parcelada, conforme solicitação do município.

6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:

A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do artigo 20, da Lei Federal de n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e as especificações estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

7. DA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA:

Não será necessária a apresentação de amostras ou protótipos do objeto.

8. VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

O prazo de vigência para fornecimento do referido objeto será de 02 (dois) meses, contados a partir da data da sua assinatura, admitida à prorrogação nos termos legais da Lei Federal de n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados pelo departamento financeiro da contratante, no prazo de 30 (trinta) dias úteis após apresentação da Nota Fiscal, atestada por servidor designado pelo município, nos termos Lei Federal de n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, nas condições exigidas para habilitação e apresentação dos documentos fiscais devidos, inclusive certidões negativas de débitos requeridas;

O pagamento será feito mediante a crédito em conta corrente;

No corpo da Nota Fiscal de Serviço/Produtos deverá constar o número do processo que deu origem à contratação, número da ordem de fornecimento e dados bancários;

A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal de n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

9. DA BUSCA POR PROPOSTAS ADICIONAIS MAIS VANTAJOSAS:

Visando cumprir o disposto no inciso II e parágrafo 3º do artigo 75 da Lei Federal de n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a municipalidade antes de proceder à contratação de qualquer empresa fará publicar no site oficial aviso de dispensa de licitação, este termo referência, modelo de proposta e relação de documentos de habilitação para que empresas interessadas, no prazo de 03 (três) dias úteis, possam apresentar suas propostas orçamentárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

Objetiva-se assim, a busca por propostas mais vantajosas à administração municipal, desde que as empresas atendem aos requisitos mínimos exigidos para o fornecimento dos materiais ou serviços e após, apresentem os documentos necessários de habilitação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o presente Termo de Referência, as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Supervisionar o recebimento do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado pelo município;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente procedimento e seus anexos;

A contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

Exercer o acompanhamento e a fiscalização do recebimento do objeto, se necessário anotando em registro próprio as falhas detectadas, danos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: O fornecimento do objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações constantes neste termo de referência, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Fornecer o material ou equipamento, objeto do presente termo de referência, de acordo com as especificações definidas nas propostas, isento de defeitos de fabricação, acompanhado de manuais técnicos e/ou de operação, redigidos em língua portuguesa;

Eventuais alterações nas características do equipamento a ser entregue deverão ser submetidas à apreciação e aprovação prévia do município, devendo estar garantidas, no mínimo, as especificações e certificações constantes da Proposta;

O material ou equipamento, quando for o caso, deverá ser entregue devidamente embalado, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte, carga e descarga, assinalando-se nas embalagens a marca, a procedência e demais características que o identifique e qualifique;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, de embalagens, frete, seguro, e, eventuais perdas ou danos;

Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações edilícias ou legais a que estiver sujeito;

Prestar esclarecimentos ao Município sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

Substituir o produto recusado pelo destinatário, que o avaliará segundo as exigências contratuais e demais constantes do processo, ou complementar os quantitativos faltantes, no prazo máximo de 48 horas, contados a partir da data do recebimento da notificação do Município, correndo por sua conta e risco as despesas totais decorrentes da devolução dos itens/lotos recusados;

Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

Respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas;

O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

11. DAS GARANTIAS:

O prazo de garantia do objeto contratado, contado a partir da data de sua entrega com aceite / atesto pelo Município, será de no mínimo 12 (doze) meses, caso objeto necessite de garantia.

Durante o período de garantia, os componentes que apresentarem defeitos, deverão ser substituídos por novos, sendo que todas as despesas inerentes a reposição e transporte destas e do objeto contratado correrão por conta da licitante vencedora, não cabendo ao município qualquer ônus.

Para acionar a garantia, a contratante notificará, preferencialmente, por escrito e se valendo de sistema de transmissão de mensagens eletrônicas, a contratada para que proceda na reposição do produto defeituoso no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Se a contratada decidir pela substituição do produto, o novo deverá possuir homônima especificação ao padronizado no documento regimental norteador da contratação em até 72 (setenta e duas) horas, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na presente contratação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO:

Nos termos da Lei Federal de n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. DAS SANÇÕES:

11.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal de n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal de n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.
- c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

As despesas com a execução de eventual ajuste, correrão à conta de dotação específica, constante do



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

orçamento da vigente lei orçamentária:

Ficha	Unidade	Funcional programática	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa
024	Administração	08 244 0030 2360 0000	0.01.00	4.4.90.52.00
038	Administração	04 122 0065 2100 0000	0.01.00	3.3.90.30.00
044	Administração	04 122 0065 2100 0000	0.01.00	4.4.90.52.00
071	Saúde	10 301 0150 1170 0000	0.01.00	4.4.90.52.00
089	Saúde	10 301 0150 2140 0000	0.01.00	4.4.90.52.00
159	Educação	12 365 0210 2180 0280	0.05.11	3.3.90.30.00
141	Educação	12 365 0210 2180 0213	0.01.00	4.4.90.52.00
201	Educação	12 361 0210 2150 0282	0.05.11	4.4.90.52.00
252	Esporte Cultura	27 813 0385 2240 0000	0.01.00	4.4.90.52.00
322	Assistencia Social	08 244 0120 2374 1201	0.01.00	4.4.90.52.00
348	Assistencia Social	08 243 0110 2350 0000	0.01.00	4.4.90.52.00

Após análise, aprovo este Termo de Referência, considerando que do mesmo constam os elementos capazes de propiciar avaliação do custo/benefício, para atender às necessidades das secretarias do município.

Ribeirão Corrente – SP, 05 de julho de 2024

Tatiane Cristina Janneu Barreto
Diretora Departamento de Assistência Social
Ribeirão Corrente – SP

Washington Fernando Karan
Diretor Departamento de Administração
Ribeirão Corrente - SP

Sandro Ribeiro dos Santos
Diretor de Departamento de Esporte
Ribeirão Corrente - SP

Elaine Cristina Rodrigues
Gestora do Fundo Municipal de Educação
Ribeirão Corrente – SP

Silvana Aparecida Ferreira Mendes
Secretaria de Saúde
Ribeirão Corrente - SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0033/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1033/2024

Objeto: O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, de empresa especializada para futura e eventual aquisição de mobiliários com predominância em madeira para melhorias e adequações nas unidades publica para atender as demandas no município de Ribeirão Corrente – SP, conforme especificações constantes no termo de referência.

DENOMINAÇÃO DO LICITANTE	
Razão Social:	
CNPJ:	Inscrição Estadual:
Cidade/UF:	Bairro:
Rua:	CEP:
Celular:	Telefone:
e-mail I:	
DADOS BANCÁRIOS	
Banco:	Agência:
Conta Corrente:	PIX:
Beneficiário:	

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Marca Modelo	Valor Unitário	Valor Total

Valor global da proposta: _____ (em algarismo e por extenso)

Validade da Proposta: 60 dias

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada.

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Ribeirão Corrente -SP, ___ de _____ de 20__.

Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

ANEXO III

DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021 MINUTA DE CONTRATO

OBS.: O CONTRATO, NO CASO DO PRESENTE PROCEDIMENTO, PODERÁ SER SUBSTITUÍDO PELA NOTA DE EMPENHO DE DESPESA, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA OU ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO NA FORMA DO ARTIGO 95, “CAPUT”, DA LEI 14.133/21.

CONTRATO DE prestação de serviços, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CORRENTE E A EMPRESA *****.

Contrato nº *****/**

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CORRENTE(SP), pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prudente de Moraes , 850 - Centro - CEP: 14445-000, telefone: (16) 3749-1000, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 45.318.789/0001-61, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, ANA LOURINETE COSTA LOBO MONTANHER, neste ato denominado CONTRATANTE, e ***** Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob n.º ***** , com sede na Av.

***** , cidade de ***** , neste ato representada por seu ***** , Sr. ***** , doravante denominado CONTRATADO, tendo em vista o procedimento de dispensa de licitação n.º *****/20** , de conformidade com a Lei n.º 14.133/21, firmam o presente contrato mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente contratação tem como objeto a execução de

*****.CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor global do presente Contrato será de R\$*****.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para cobrir as despesas do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Departamento: *****.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1.O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº.14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E PENALIDADES



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

5.1.A CONTRATADA fica sujeito às disposições dos art. 105 da Lei nº 14.133/21;

5.2 Nos termos da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

Dar causa à inexecução parcial do contrato;

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ofuncionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Dar causa à inexecução total do contrato;

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quandoconvocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.

Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.

As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

5.4.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento do faturamento apresentado pela licitante,e caso este não baste, da garantia da execução contratual, se for o caso;

5.5.A CONTRATADA se obriga a executar os serviços de acordo com o Termo de Referência constante do procedimento de dispensa de licitação e com as especificações contidas no Aviso de Dispensa, que fazem parte integrante do procedimento, independente de transcrição e/ou traslado;

5.6.A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente Contrato;

No caso de a contratada estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falênciaensejará a imediata rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

No caso de a contratada estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

6.1.O Município através de seu Departamento ***** , realizará a gestão do contrato, conforme o artigo 25 da Lei 14.133/21;

6.2.A fiscalização do contrato ficará a cargo do(a) servidor(a) municipal Sr.(a) ***** ,



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.318.789/0001-61

conforme o artigo 25 da Lei 14.133/21;

6.3.A presença de fiscalização não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1.A vigência do presente Contrato será a partir de ***** até *****, admitida a prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/21, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações

7.2.Em caso de prorrogação do contrato, nos termos do item 7.1, seu valor poderá ser reajustado, aplicando a variação do IPCA-IBGE acumulado no período dos 12 meses a contar da apresentação da proposta.

CLÁUSULA OITAVA – DO ADITAMENTO

8.1.O presente Contrato poderá ser modificado, através de TERMO ADITIVO, por causas supervenientes, força maior, ordem legal, conveniência Administrativa, desde que haja interesse da administração nos termos da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1. O presente Contrato será publicado no sítio do Município no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – O presente contrato está vinculado ao procedimento de Dispensa de Licitação nº *****/20** e à Lei nº 14.133/21, mesmo nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de FRANCA-SP, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo firmadas, que declaram conhecer todas as cláusulas contratadas.

Ribeirão Corrente-SP, ***** de ***** de 20****.

ANA LOURINETE COSTA LOBO MONTANHER
Prefeita Municipal Contratante

LTDA
Contratado

Testemunhas:-

